

Uma História de Sinergias: as Relações entre UFRJ-IBGE

A History of Synergies: Relations between the UFRJ-IBGE

Roberto Schmidt de Almeidaⁱ

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O artigo traz um histórico das principais relações acadêmicas entre o conjunto de instituições universitárias que deram origem à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), à Universidade do Distrito Federal (UDF), à Universidade do Brasil (UB), e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando seus principais líderes acadêmicos, juntamente com seus papéis, nos diferentes períodos históricos.

Palavras-Chave: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Líderes Acadêmicos; Sinergias.

Abstract: This article traces academic synergy between the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The UFRJ itself resulted from the fusion of two separate universities: the Federal District University (UDF) and the University of Brazil (UB). The IBGE also changed over time. The focus of the history of this relationship is on the role played by different academic leaders of the two institutions in different historical periods.

Keywords: Federal University of Rio de Janeiro; Brazilian Institute of Geography and Statistics; Academic Leaders; Synergies.

Introdução

O artigo traz um histórico das principais relações acadêmicas entre o conjunto de instituições universitárias, que deram origem à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade do Brasil (UB), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando seus principais líderes acadêmicos, juntamente com seus papéis, nos diferentes períodos históricos.

O trabalho baseou-se em duas teses de doutoramento, que focaram as atividades e explicaram os papéis dos geógrafos de duas instituições que organizaram a Geografia do Rio de Janeiro.

A primeira, objetivando a organização do sistema universitário, no então Distrito Federal, nos anos de 1930 e 40, elaborada por Mônica Sampaio Machado e defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2002, sob a orientação de André Roberto Martin, e a segunda, enfocando a criação do IBGE e a produção acadêmica de seus geógrafos,

ⁱ Geógrafo do IBGE pelo período de 1970-2004. Mestrado e Doutorado – PPGG/UFRJ. almeidar1@br.inter.net. <https://orcid.org/0000-0003-0352-3117>

entre 1938-1998, por Roberto Schmidt de Almeida em 2000, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Lia Osório Machado.

Essa história de sinergias entre essas duas instituições se inicia nos anos 30 do século XX e organiza outras, ao longo dos anos, envolvendo outras universidades que foram se formando depois, como Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Panorama do Ensino Superior nos Anos 30 do Século XX

O ano de 1930, quando ocorreu o golpe de Estado, que destituiu o presidente Washington Luís e impediu a posse do candidato paulista Júlio Prestes, colocando no poder o deputado gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, foi o marco inicial de uma série de estruturas político-administrativas, que mudaram fortemente o papel do Estado Brasileiro. Dessas mudanças, vamos nos ater a duas que foram, desde seus nascimentos, altamente sinérgicas, isto é, suas funções dependiam, em certa maneira, uma da outra. Estamos falando da estruturação do sistema educacional, objetivando o subsistema Ensino Superior e a estruturação dos projetos de Estatística, Geodésia, Cartografia e de Geografia no âmbito do governo federal.

Para que tenhamos uma noção clara dessas estruturas, será importante retroceder no tempo, dando uma noção geral dos papéis do que era considerado ensino superior e do que havia como sistema estatístico e cartográfico, além do que era considerado ensino de Geografia no período anterior a 1930.

O ensino superior, considerado aqui como estudos aprofundados de temas geradores de conhecimentos tecnológicos, biológicos/médicinas e culturais, era ministrado por entidades públicas e particulares, incluindo aí as militares e as religiosas.

Algumas faculdades particulares, instituições militares e organizações religiosas davam conta das necessidades desse conhecimento, sem, entretanto, terem uma organicidade que as colocassem na condição de universidades.

O primeiro passo, visando tal organicidade, no sentido mais amplo, foi a reforma educacional de 1931, por Francisco Campos, que deu os primeiros níveis de organicidade à educação brasileira nos segmentos da educação primária (primário e ginásio) e no secundário, que visava dois caminhos: a profissionalização e o prosseguimento ao nível superior, sendo que o Colégio Pedro II seria o principal norteador dessa reforma.

A questão específica da organização do ensino superior foi delegada ao segundo ministro da educação Gustavo Capanema. E a partir daí se iniciaram as sinergias entre as instituições, garantindo a formação de profissionais que iriam gerar subsídios ao planejamento do país (geodestas, cartógrafos, geógrafos, estatísticos, matemáticos). Esses profissionais, por sua vez, repassaram os conhecimentos adquiridos nas classes da universidade.

O Contexto de Criação de Duas Instituições de Nível Superior

Ainda em 1931, Francisco Campos, no contexto da reforma do ensino, delineia uma legislação, conferindo alguma organicidade a um conjunto de escolas superiores que já

existiam sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Mas, o grande projeto de Gustavo Capanema seria a Universidade do Brasil, que foi finalmente criada em 1937.

O Conturbado Processo da Transição entre a Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil (1934 – 1937) – O Papel de Gustavo Capanema

A palavra “conturbado” tem sua razão de ser, por dois acontecimentos envolvendo a criação das universidades, que, de uma forma ou de outra, trará consequências ao projeto Capanema.

A primeira vincula-se à criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, por Armando Sales de Oliveira, num interessante processo de “disputa política” com o governo Vargas, que havia “vencido” a insurreição de 1932, mas que, visando uma reaproximação, ou, pelo menos, uma trégua às incompreensões geradas, auxiliou, por meio do Ministério de Relações Exteriores e do próprio Ministério da Educação e Cultura, a vinda dos professores para a USP, franceses e italianos (em maioria), sem fazer alarde do processo.

Essas tratativas aconteceram mais ou menos no mesmo período da organização da Universidade do Distrito Federal (UDF) e toda a estruturação burocrática correu por conta dos Ministérios da Educação e de Relações Exteriores, que controlaram todo o processo de migração dos professores para a USP e, no caso da UDF, também o de contratação desses profissionais.

O segundo acontecimento foi bem mais complicado, pois envolveu problemas políticos relacionados ao fracasso da insurreição da Aliança Nacional Libertadora. Este evento, que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935, aconteceu no mesmo ano criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), abarcando as figuras exponenciais da nova universidade, o prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto e o diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal Anísio Teixeira. Esse “conturbado” processo foi devidamente explicado nos livros *Tempos de Capanema*, por Simon Schwartzman, Helena M. B. Bonemy e Vanda Maria R. Costa (2000), e *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*, por Mônica Sampaio Machado (2009).

Esse processo foi altamente complexo, em que Capanema teve de colocar todo o seu arsenal de poder, diplomacia, jogo político e conhecimento técnico e cultural. Ele esgrimiu com extremo cuidado inúmeras lutas e idiosincrasias: convenceu professores e pesquisadores de diversas áreas a ingressarem na futura Universidade do Brasil (UB); acertou as arestas com as autoridades estrangeiras, ao explicar o complexo processo de extinção de uma universidade e a criação de uma outra na mesma cidade; e usou de toda a sua diplomacia política no contexto das relações do seu ministério com a Igreja Católica. Sobre este último ponto, destacam-se a figura de Alceu de Amoroso Lima e a posterior criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Foi sob esse pano de fundo controverso que, tanto a UDF, quanto a Universidade do Brasil (UB) iniciaram suas sinergias com a outra entidade a ser criada no final dos anos 1930, o IBGE.

A Estruturação dos Cursos de Geografia na UDF e na UB – As Principais Lideranças Acadêmicas

Os cursos de Geografia que se organizaram, primeiramente, na UDF e depois migraram para UB foram compostos por uma mistura de professores brasileiros e franceses.

No caso dos brasileiros, no período anterior a 1930, havia um grupo de geógrafos que já pesquisavam o território brasileiro e que ministravam cursos em faculdades ou instituições militares, figuras como Carlos Delgado de Carvalho, Everaldo Backeuser, Fernando Antonio Raja Gabaglia, Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha. A esses se somaram nas décadas de 1930 e 1940, Josué de Castro, Victor Ribeiro Leuzinger e o jovem geógrafo, ainda aluno da UB, Hilgard O'Reilly Sternberg.

Os franceses foram, inicialmente, capitaneados por Emmanuel De Martonne, que embora não tenha ministrado aulas, nem na UDF nem na UB, foi o principal profissional que indicou quais professores deveriam vir ministrar cursos, tanto na USP quanto na UDF e UB. Era um dos principais geomorfólogos da França e catedrático da Sorbone e aproveitou a ocasião para fazer um artigo, que se tornou um clássico, *Problemas morfológicos do Brasil Tropical Atlântico* (1943).

Pierre Deffontaines, após um pequeno período na USP, foi para a UDF e depois para a UB. Participou da estruturação do Curso de Geografia e, juntamente com os professores brasileiros (1935-1941), foi o criador da *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE. Era um católico militante, posição que lhe causou grandes transtornos na França, impedindo-o de ter sua agregação (direito de dar aulas no sistema universitário público). Na sua indicação, tanto para a USP e depois na UB, houve colaboração de Alceu e Capanema. Em 1941, quando retornou à Europa em guerra, não pôde (ou não quis) retornar à França e se estabeleceu em Barcelona, na Espanha de Franco. Seu reconhecimento como um importante geógrafo francês somente se deu após sua morte, em 1978.

Francis Ruellan foi o mais longo professor/pesquisador da interação Universidade-IBGE, ficando 15 anos no Brasil, formando a maior parte das primeiras gerações de geógrafos, tanto na UB, quanto no Conselho Nacional de Geografia (CNG). Sua preocupação com a formação de seus alunos era notável, Ruellan nunca fez um trabalho de campo sem levar um conjunto de alunos. Mesmo nos projetos do IBGE, ele definia os profissionais do IBGE e agregava seus alunos da UB. Mesmo após seu retorno à França, continuou a convidar e orientar profissionais do IBGE, indicando-os para diversas universidades francesas.

O canadense Pierre Dansereau foi outro profissional de Biogeografia que se dedicou a formar os primeiros biogeógrafos brasileiros (Alceu Magnanini, Dora Romariz, Edgar Kuhlmann, Fernando Segadas Viana).

O Processo de Criação do IBGE

O processo de gestação do futuro IBGE começa em Minas Gerais no censo de 1920, por intermédio de Mario Augusto Teixeira de Freitas, que ao fazer uma análise da operação censitária de Minas Gerais, um estado de grande extensão territorial, percebeu que já não havia condições de se organizar um censo, sem possuir uma rede de coleta de dados es-

truturada e permanente em cada município da Federação. Com esse objetivo, Teixeira de Freitas elabora uma série de projetos visando ao estabelecimento dessa rede para o próximo censo (1930). Suas relações políticas nos anos 1920, não eram fortes e, por conseguinte, seus projetos não foram devidamente compreendidos. Foi somente no ano do censo de 1930 que Teixeira de Freitas conseguiu enviar seus planos ao governo federal de Washington Luís, mas o golpe militar, patrocinado pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaias Noronha, que passa o poder a Vargas, impede temporariamente a leitura de seu trabalho.

O “salvador da pátria” será o militar Juarez Távora que, ao tomar conhecimento das teses de Teixeira, percebe que o projeto era de fundamental importância para o gerenciamento do governo. Foi nesse contexto que Juarez Távora (1974) entabula os contatos com o ministro Francisco Campos, para convencer Vargas da importância de se ter uma rede de coleta de informações sobre o território nacional, passando por cima dos governadores e prefeitos. Assim, criou-se uma agência de alta capilaridade, com uma relação única entre o Palácio do Catete e os milhares de agentes estatísticos municipais. Ao contrário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que também possui alta capilaridade, mas ocorre numa só direção, essa agência teria duas direções: a pergunta feita pelo governo federal e a resposta dada pelo agente estatístico municipal. O agente não teria condições de perceber a importância dessas informações no nível de capilaridade da escala dele. Mas o governo federal teria um quadro bem realista do município e, por somatório, do estado ou da região que estivesse como alvo.

Juarez Távora, em 1933, promove uma reunião de técnicos de cada ministério, presidida por Léo de Afonseca, sob a relatoria de Mario Augusto Teixeira de Freitas, consolidando os estudos preliminares e organizando um plano de trabalho visando à criação de um Instituto Nacional de Estatística (CNE), o embrião do atual IBGE, e incentiva Vargas a garantir a consecução desse projeto, que é implementado em julho de 1934 e instalado em maio de 1936.

No contexto geodésico e cartográfico, é Allyrio Hugueney de Mattos, professor da UB, o responsável pela estruturação do sistema geodésico nacional, com a organização da rede de coordenadas geográficas das sedes municipais para o censo de 1940 e, posteriormente, a implantação da rede planimétrica (áreas) e batimétrica (altitudes) de todo o território nacional, base para a organização do sistema cartográfico brasileiro, que em conjunto com os levantamentos cartográficos militares formam o sistema total.

Em 1938, estrutura-se o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que juntamente com o já criado Conselho Nacional de Estatística (CNE), formarão a espinha dorsal do futuro IBGE, criado em 26 de janeiro de 1938, pela união dos dois Conselhos de Estatística e de Geografia.

No contexto do CNG, a figura de Christóvam Leite de Castro foi crucial. Engenheiro, vindo do ministério da agricultura, ele organizou o CNG, objetivando o permanente aperfeiçoamento de seu pessoal, algo inédito mesmo dentro da estrutura do futuro IBGE. Cristóvam, que tinha sido aluno da primeira e única turma de geógrafos formados pela UDF, sob a batuta de Pierre Deffontaines, percebeu a importância de um aperfeiçoamento permanente de seus pesquisadores. Essa política sempre esteve presente desde as primeiras fases da Geografia no IBGE e contou com as sinergias junto à posterior Universidade do Brasil, atual UFRJ, para que isso permanecesse.

A Sinergia Universidade – IBGE: Os Contextos da UDF e UB com a Criação do IBGE

Daremos agora alguns exemplos de como essas sinergias aconteceram tanto no sentido UFRJ-IBGE, quanto no sentido IBGE-UFRJ, usando as atuais siglas, mesmo durante os períodos da UB e do CNG.

O Papel de Pierre Deffontaines e os Primeiros Formandos

Na primeira e única turma da UDF (1936), formaram-se nove alunos, dos quais estavam Christóvam Leite de Castro, Hilgard Sternberg, Orlando Valverde e Fabio de Macedo Soares. Esses profissionais foram orientados por Deffontaines, tanto em Geografia Física, quanto Humana e Econômica. Deffontaines continuou na UB até 1941, quando retornou à Europa.

O Papel de Francis Ruellan (A Formação da Velha Guarda – Universidade e IBGE)

Embora a figura de Pierre Deffontaines seja crucial para a estruturação das primeiras sinergias entre a universidade e o IBGE, inclusive com a criação da Revista Brasileira de Geografia, o próximo geógrafo a assumir o papel de “Chefe de Escola” na perfeita concepção do termo foi, sem dúvida nenhuma, Francis Ruellan.

A chegada de Ruellan ao Brasil é imersa de mistérios, pois Ruellan, durante a guerra, estava vinculado ao governo francês no exílio. Ele esteve no Japão, anteriormente à sua vinda ao Brasil e percorreu também alguns países do Caribe. Claramente era um observador dos aliados.

Ao longo dos 15 anos em que trabalhou no Brasil, Ruellan organizou as maiores sinergias entre a universidade e o IBGE, por meio de projetos e trabalhos de campo, sempre com os melhores profissionais de Geografia dessas instituições.

O Papel das Tertúlias Geográficas e das Assembleias da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

Essas duas atividades acadêmicas geraram sinergias importantes entre o IBGE e a Universidade. No caso das Tertúlias, que aconteceram nos primeiros anos de atuação das duas instituições, o principal emulador da sinergia foi o IBGE, ao apresentar ao ambiente acadêmico da época reuniões em que se debatiam grandes trabalhos de campo que visavam ao reconhecimento do território.

Normalmente, realizavam-se duas apresentações, uma antes de um trabalho de campo e outra depois do encerramento do projeto. Na primeira, explicava-se os objetivos do projeto, sua metodologia e sua logística. Na segunda, apresentava-se os resultados obtidos e as futuras possibilidades das pesquisas posteriores.

Esse tipo de apresentação era bastante concorrido, principalmente por professores do ensino médio, militares e professores e alunos dos cursos superiores, que tinham interesse no conhecimento sobre o território brasileiro.

A segunda atividade se estruturou após o encerramento das Tertúlias, agora sob a organização da AGB, entidade que foi formada, no caso do Rio de Janeiro, por uma forte sinergia entre as universidades e o IBGE que, por ser um órgão da Presidência da República, garantia recursos e força política para as tratativas entre a AGB e as entidades onde seriam realizadas as assembleias.

Era escolhida uma cidade média de alguma macrorregião brasileira, geralmente com a antecipação de um ano ou dois, dependendo da época. Dois grupos eram organizados. O primeiro composto por professores, alunos e representantes da municipalidade, normalmente vinculados a uma instituição de nível superior local. Esse grupo ficava encarregado da logística da assembleia, garantindo hospedagem e locais das apresentações. O segundo era composto por professores das melhores universidades brasileiras e pesquisadores do IBGE, que se encarregavam de montar dois tipos de pesquisas, uma objetivando o meio físico e a outra o meio social e econômico.

O modelo se assemelhava às Tertúlias, por apresentarem dois “tempos” de observação pelos assistentes, uma exposição sobre o que iria ser pesquisado e uma segunda sobre seus resultados. A principal diferença estava na execução do projeto proposto, pois eram os próprios inscritos que se encarregavam de executar as tarefas planejadas e apresentar os resultados, sempre sob a orientação dos organizadores acadêmicos.

Esse modelo percorreu boa parte dos anos 1950 e dos anos 1960 e se extinguiu nos anos 1970. O exponencial crescimento dos cursos de Geografia implicou inscrições de milhares de alunos e professores e inviabilizou esse modelo, pois os inscritos passaram a ser meros observadores das apresentações, sem “colocarem a mão na massa”.

Em 1956, o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar o Congresso da União Geográfica Internacional. Foi o primeiro ano do mandato de Juscelino Kubitschek, mas a estrutura era ainda a que Vargas havia deixado até o seu suicídio, em 1954. O IBGE era um órgão da Presidência da República e possuía poder político e recursos financeiros. A universidade, por sua vez, possuía boa parte dos recursos humanos, que, ao se somarem aos do IBGE, resultaram numa das mais significativas sinergias entre essas instituições – não apenas a UFRJ, mas uma gama de universidades que participaram do congresso.

A presidência do Congresso coube ao professor Hilgard Sternberg, a principal liderança acadêmica, na época da Universidade do Brasil, futura UFRJ.

O Papel de Hilgard Sternberg (A UGI e o Congresso no Rio de Janeiro, o CPBG)

Dentre os profissionais formados na primeira turma da UB, iniciada em 1937, talvez Hilgard O’Reilly Sternberg tenha sido o mais notável, por sua incomparável erudição e conhecimento técnico, poucas vezes verificado em profissionais brasileiros. Em 1940, ainda como aluno, Hilgard foi indicado para ministrar Geografia Física na Faculdade Santa Úrsula. Em 1942, foi convocado para o cargo de professor assistente na UB. Em 1943, foi indicado a duas bolsas para as universidades americanas Berkeley e Louisiana, onde se doutorou com a tese sobre a planície do Mississippi. Entre 1941 e 1943, lecionou

na PUC/RJ. Em 1951, retornou à UB e criou o Centro de Pesquisas em Geografia do Brasil (CPGB), onde orientou um núcleo de profissionais que seriam o esteio da futura UFRJ. Além disso, ele lecionou no curso do Instituto Rio Branco (1947-1956).

Nesse período, Hilgard foi convidado a ingressar na União Geográfica Internacional (UGI), onde se tornou vice-presidente (1952-1956), sendo reeleito no período seguinte (1956-1960). Coube-lhe, assim, a presidência do 18º congresso, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1956. Talvez tenha sido nesse congresso, que ocorreu a primeira grande sinergia no sentido IBGE – Universidade, pois sendo o IBGE um órgão ligado diretamente à Presidência da República, pôde se utilizar do poder e da capacidade financeira da presidência, agora sob o governo de Juscelino Kubitschek. O congresso foi realizado nas dependências da Escola Naval entre 9 e 18 de agosto, ocasionando uma extensão do período de férias dos cadetes.

O prédio era ideal, pois possuía alojamento, salas e anfiteatros para as apresentações.

Um outro aspecto da sinergia foi a logística empregada para as excursões que percorreram as grandes regiões brasileiras, onde todo o aparato logístico dos ministérios militares e civis foi acionado para que os congressistas tivessem boas condições de hospedagem e deslocamento.

O congresso foi considerado o mais completo da UGI, pois, até então, e mesmo depois, os congressos da UGI, sempre ficaram no âmbito das universidades e de suas autoridades locais (prefeituras).

No contexto acadêmico, a influência de Hilgard foi total, pois tinha boas relações tanto com o grupo anglo-saxão quanto os latinos. Nomes como Carl Troll, André Cailleux, Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines foram convocados para ministrar cursos de Altos Estudos durante e depois do congresso.

Porém, nem tudo foram “flores” no acontecimento. Nos anos 1950, a Guerra Fria estava no auge e os geógrafos marxistas foram colocados de lado. Muitos não foram convidados para os cursos ou grandes apresentações, como, por exemplo, o geomorfólogo francês Jean Tricart. Por outro lado, Jean foi convidado pelo geógrafo baiano Milton Santos para ministrar cursos em Salvador, contribuindo para tornar a Universidade Federal da Bahia um polo importante em Geomorfologia, anos depois.

No contexto do CPGB, Hilgard formou um grupo altamente capacitado em Geografia do Brasil, cobrindo os dois grandes segmentos da Geografia: a física e a humana/econômica. Futuras lideranças acadêmicas como Maria do Carmo Galvão, Bertha Becker, Maria Therezinha Segadas Viana, Lysia Bernardes, Lia Osório Machado, Maria Regina Mousinho de Meis e outros.

Essas lideranças sustentaram o alto nível do ensino da UFRJ, criando as condições para o aparecimento dos futuros cursos de pós-graduação, mestrado (1972) e doutorado (1992).

Em 1956, Hilgard defende a cátedra de Geografia do Brasil na UB, com a tese *A água e o homem na Várzea do Careiro*, um típico trabalho de Geografia Física e Humana, que focaliza a relação ser humano/natureza numa ilha de várzea próxima a Manaus. De certa forma, esse trabalho acabou garantindo o convite para a Universidade de Berkeley, na Califórnia, em 1964, onde Hilgard se estabelece e fica até o seu falecimento em 2010.

A republicação desse trabalho em 1998, pelo Museu Emilio Goeldi, recebeu uma apresentação de Harald Sioli, diretor emérito do Instituto Marx-Plank (1998). Posteriormente, o artigo de Kohlhepp (2017), na *Revista Espaço Aberto*, que substituiu, em 2011, a *Revista de Pós-Graduação em Geografia*, criada em 1997 e o verbete de autoria de Garcia Pinto, no volume 3 da coleção *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros* (2021), pres-taram uma justa homenagem a esse grande professor.

As Lideranças Acadêmicas da UFRJ após os Anos 1960

As sinergias UFRJ-IBGE nos anos 1960 e 1970 se estabelecem primordialmente sob duas vertentes. A primeira acontece a partir da formação de alunos de graduação que estagiam no Departamento de Geografia/IBGE. Alguns desses alunos retornam à univ-ersidade para seguir a carreira docente, como foi o caso de Jorge Xavier da Silva. Após estagiar na Geomorfologia, sob orientação de Alfredo Porto Domingues e Miguel Alves de Lima, Jorge Xavier retorna à UFRJ. Segue uma carreira brilhante, primeiramente no segmento de geomorfologia litorânea, com o curso de doutorado em Baton Rouge, na Louisiana, e depois nas técnicas de sensoriamento remoto e sistemas de gerenciamento de dados ambientais georreferenciados, setor no qual ele se torna pioneiro, inclusive, gerenciando um sistema de sua autoria, o SAGA. Jorge Xavier e Maria Regina Mousinho de Meis foram as principais lideranças no campo de Geografia Física da UFRJ. Outros casos de nota também podem ser constatados pelos exemplos de Jorge Soares Marques, Elmo Amador e Maurício de Almeida Abreu.

A segunda vertente de sinergias se estabelece com a relação IBGE-UFRJ, com Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e Michel Rochefort, geógrafo francês. A vir para o congresso da UGI, em 1956, Michel criou laços com a Geografia brasileira por dois motivos: o casamento com uma geógrafa do IBGE, Regina P. Guimarães Spindola, e sua orientação aos estudos de redes urbanas e áreas de influência de cidades. Este segmento fez Lysia abandonar os estudos de climatologia e se dedicar às trocas acadêmicas com Michel Rochefort. Lysia, como professora da UFRJ e pesquisadora do IBGE, foi o principal vetor sinérgico entre as duas instituições nos anos 1960.

Dessa sinergia surge, na segunda metade dos anos 1960, a participação de Roberto Lobato de Azevedo Corrêa, estagiário de Lysia e atento observador dos trabalhos de Rochefort sobre os processos de interações entre cidades hierarquicamente dependentes. Ainda ao final dos anos 60, Lobato acompanha Lysia na dobradinha sinérgica IBGE-UFRJ, sempre consentida pela alta direção do IBGE. Tanto Lysia como Roberto Lobato são vistos como os melhores exemplos dessas sinergias.

Uma outra característica que marca a qualidade da Geografia da UFRJ é a orien-tação para a internacionalização de seus professores, garantindo o acesso a univ-ersidades europeias e americanas de qualidade. Podemos citar os exemplos de Maria do Carmo Galvão para o doutoramento em Bonn, Jorge Xavier da Silva para Baton Rouge, Lia Osório Machado para Barcelona, Marcelo Lopes de Souza para Tubingen, Antonio Teixeira Guerra em Londres, Ana Luiza Coelho Neto em Louvan, além de contratações de professores com doutoramento no exterior, como Paulo Cesar Gomes em Paris I e no caso de Carlos Minc; este, ao retornar do exílio, mas que rapidamente

seguiu uma opção pela política partidária e abandonou a universidade pelo Partido Verde. Por esforços de Maria do Carmo Galvão e Bertha Becker, acontecem mais duas contratações importantes para a UFRJ. Uma delas foi a de Milton Santos, em 1979, que leciona no curso de mestrado até 1983. Depois ele se transfere para a USP, onde atua até o seu falecimento, em 2010. Outra foi a de Maurício de Almeida Abreu, que ao se doutorar em Ohio, ficou entre duas opções de carreira, o IBGE ou a UFRJ. Na universidade, tivemos a satisfação de acompanhar a brilhante jornada profissional desse geógrafo histórico do Rio de Janeiro, infelizmente interrompida pelo seu falecimento (Entrevista de Bertha K. Becker e Jorge Xavier da Silva à *Revista Espaço Aberto*, v. 1, n. 1, p. 151-158, 2012).

A Chegada dos Métodos Quantitativos – IBGE-UFRJ

Ao final dos anos 1960 e início dos 1970, inicia-se no âmbito do Departamento de Geografia/IBGE, a partir de um grupo de Áreas Metropolitanas, sob orientação de Speridião Faissol (1989), pesquisas de cunho estatístico multidimensionais que visavam entender de modo mais amplo e acurado os dados censitários que estavam sendo gestados, tanto pelo problemático censo de 1960, quanto pelo novo censo de 1970, que foi considerado um dos mais completos censos gerenciados por esta instituição.

Esse vetor do conhecimento foi considerado uma ruptura nas práticas de trabalho da casa e gerou muita celeuma entre os que aderiram à causa e os que foram contrários a ela. No meio termo ficaram alguns que procuraram entender as duas “causas”. Havia um grande esforço para sair de uma maneira de pensar e trabalhar no cotidiano da pesquisa e ingressar em outra, altamente matematizada. Estatísticos bem formados ainda tinham dúvidas sobre a eficiência dos novos métodos e programas de computador, que operavam com uma grande quantidade de variáveis ao mesmo tempo, com a análise fatorial, análise de superfície de tendência, análise de agrupamento, além de um entendimento aprofundado de estudos de probabilidade e amostragem, o que não se coadunava com a formação humanística dos cursos de matriz francesa, alemã e inglesa tradicionais.

Algumas universidades aderiram a esse processo em quase sua totalidade, como no caso da Faculdade de Rio Claro, que, por coincidência, tinha o prédio do Departamento de Geografia junto ao de Matemática e Estatística. Essa proximidade auxiliou alguns pesquisadores a dominarem outras técnicas.

No contexto da UFRJ, as técnicas quantitativas se posicionaram bem no segmento de Geografia Física, pois já eram usados rotineiramente na Geomorfologia e em alguns segmentos com sinergias com a Geologia. Além disso, a UFRJ foi uma das primeiras instituições de ensino superior a se utilizarem de computadores de médio e grande porte. Na área de humanas, os métodos quantitativos tiveram pouca influência. Poucos professores fizeram algumas experiências, mas sem disseminar a “cultura”.

É importante assinalar o protagonismo de Jorge Xavier da Silva nesses métodos na UFRJ, pois suas pesquisas geomorfológicas demandavam muitas dessas técnicas, que passaram depois para o geoprocessamento e tecnologias envolvendo sensoriamento remoto.

A Pós-Graduação em Geografia na UFRJ e o IBGE

A Criação do Mestrado na UFRJ

Sob esse pano de fundo, em 1972, foi constituída a primeira turma de mestrado e, em 1975, foi realizada a defesa do primeiro grupo de quatro dissertações. Elmo Amador foi o primeiro ex-estagiário do IBGE que se estabeleceu como professor e pesquisador da UFRJ. Todos os demais foram professores da UFRJ sem passagem pelo IBGE.

A partir do ano de 1976, com o também ex-estagiário do IBGE de Geomorfologia Jorge Soares Marques, que posteriormente também se torna professor da UFRJ, inicia-se uma longa série de profissionais que completam seus mestrados nessa universidade. O ciclo vai de 1975 a 2000, totalizando 212 dissertações de mestrado, das quais 29 defendidas por profissionais do IBGE. Esse período marcou o sucesso de uma política de aperfeiçoamento de pessoal iniciada nos anos 1930 e que se estendeu até 2010, quando novas determinações do IBGE passaram a exigir cursos de pós-graduação aos novos candidatos aos seus concursos.

A Criação do Doutorado na UFRJ

O processo de continuidade das atividades de pós-graduação se inicia em 1992, com o curso de doutorado, ampliando as possibilidades de sinergia.

Entre 1997 e 2007, 13 “ibegeanos” se doutoraram na UFRJ. O primeiro foi o ex-estagiário do IBGE Elmo da Silva Amador, orientado por outro ex-estagiário e também filho de um “ibegeano” Antônio Teixeira Guerra Filho.

A Sinergia UFRJ – IBGE (Professores e Formandos)

Nesse contexto das relações de ensino e pesquisa entre a UFRJ e o IBGE, foi possível perceber a importância dessas sinergias que ocorreram desde os anos iniciais das duas instituições, lembrando as figuras de geógrafos que transitaram entre as duas instituições: Pierre Deffontaines; Francis Ruellan; Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; Jorge Xavier da Silva; Roberto Lobato de Azevedo Correa; Speridião Faissol; Pedro Geiger; Marilourdes Lopes Ferreira; Jorge Soares Marques; Elmo Amador; Maurício de Almeida Abreu; Antônio Teixeira Guerra Filho; dentre outros.

Conclusões

Destaca-se, na sinergia entre essas duas instituições, o papel de formação pela universidade de profissionais de Geografia que se tornaram pesquisadores no IBGE. Alguns desses pesquisadores optaram pela docência em tempo parcial ou se transferiram posteriormente para a dedicação exclusiva na UFRJ. Este foi o caso de Roberto Lobato, que, ao se aposentar no IBGE, ingressa na UFRJ, onde se aposenta, desta vez por idade, mas continua a atuar como Professor Colaborador junto à Pós-Graduação em Geografia.

No contexto do IBGE, o segmento Geografia consolidou essa sinergia desde seus primeiros anos, ao incentivar o aperfeiçoamento de seus profissionais, garantir a ida deles para cursos no exterior, principalmente nos anos 1950, 1960 e 1970, e, posteriormente, desenvolver a pós-graduação nacional, onde a UFRJ teve principal papel.

Referências Bibliográficas Consultadas

ALMEIDA, R. S. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*, Rio de Janeiro. 2000. 712f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BACKHEUSER, E. Tertúlias geográficas. *Boletim Geográfico*. Ano 1, n. 2, p. 5-8, 1943.

BECKER, B. K.; XAVIER-DA-SILVA, J. Entrevista com os professores Bertha K. Becker (20/03/2012) e Jorge Xavier da Silva (25/03/2012). *Revista Espaço Aberto*, v. 2, n. 1, p. 151-157, 2012.

BERNARDES, N. O pensamento geográfico tradicional. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 44, n. 3, p. 391-414, 1982.

_____. A Influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3, p. 519-528, 1982.

BUSS, M. D.; PRATES, A. M. M.; GALVAN, C. G. Entrevista com o professor Orlando Valverde. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 224-247, 1991.

CASTRO, C. L. Conselho Nacional de Geografia, Organização e Realizações. In: CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO DA UNIÃO PAN AMERICANA, VIII, *Anais*. Seção Historical and Geographical Research, Washington, p. 295-313, 1940.

DEFFONTAINES, P. Geografia humana do Brasil – Os elementos da natureza e a luta dos homens. *Revista Brasileira de Geografia*, cap. I, v. 50, n. Especial, t. 1, p. 268-317, 1988 [1939].

De MARTONE, E. Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, n. Especial, t. 1, p. 67-99, 1988 [1943].

FAISSOL, S. A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi? *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 4, p. 21-52, 1989.

GARCIA PINTO, H. Hilgard Stermberg: a Amazônia e a temática ambiental. In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (Orgs.) *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros*, v. 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021, p. 49-66.

KOHLHEPP, G. Hilgard O'Reilly Sternberg, um pioneiro das questões ambientais do Brasil. *Revista Espaço Aberto*, v. 7, n. 1, p. 07-21, 2017.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem 1870-1930. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 309-353.

MACHADO, M.S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro e o campo científico-disciplinar da geografia brasileira*. 2002, 347f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geografia, FFLHC, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAMIGONIAN, A.; BUSS, M. D.; PEREIRA, R. M. F. A. Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 103-130, 1991.

____ DUARTE, G. M.; SCHEIBE, L. F. Entrevista com o professor João José Bigarella. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 202-223, 1991.

____ MACHADO, E.V.; BUSS, M.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Entrevista com o professor Milton Santos. *Revista GEOSUL*, v. 6, n.12, p.170-201, 1991.

____; ORSELLI, L.; BUSS, M. D.; ALMEIDA, N. O.; PRATES, A. M. M. Entrevista com o professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 57-102, 1991.

MONTEIRO, C. A. F. *A geografia do Brasil (1934-1997): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia, FFLCH-USP, 1980.

PELUSO Jr., V. A.; MAMIGONIAN, A.; PIZZOLATTI, R. L.; BUSS, M. D. Entrevista com o professor Manuel Correia de Andrade. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 131-169, 1991.

PRATES, A. M. M.; BUSS, M. D.; GERCINO, O. G. Entrevista com o professor Armen Mamigonian. *Revista GEOSUL*, v. 6, n. 12, p. 43-56, 1991.

____ MAMIGONIAN, A.; DIGIACOMO, M; SILVA, O. G. Entrevista com o professor Roberto Lobato Corrêa. *Revista GEOSUL*, v. 6, n.12, p.23-42, 1991.

RUELLAN, F. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 5, n. 1, p. 54-60, 1943.

SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

STERNBERG, H. *A água e o homem na várzea do Careiro*, Belém: Museu Emílio Goeldi, 2. ed., 1998.

Roberto Schmidt de Almeida

TAVORA, J. *Uma vida e muitas lutas*, v. 2: a caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.

VALVERDE, O. Pré-história da AGB carioca. *Terra Livre*, n. 10, p. 117-122, 1992.

Recebido em: 01/06/2022.

Aceito em: 26/08/2022